



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Indicação de Projeto de Lei Nº...../2023

SÚMULA: "O Poder Executivo poderá conceder isenção fiscal (IPTU e ISS) aos comerciantes localizados no entorno de obras públicas que estejam atrasadas por descumprimento de prazo de entrega por empresas terceiras contratadas por culpa exclusiva destas e que causam prejuízos a estes, devendo as empresas contratadas serem obrigadas a indenizar o erário público pelo prejuízos causados aos comerciantes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo poderá conceder isenção fiscal (IPTU e ISS) aos comerciantes localizados no entorno de obras públicas, que estejam atrasadas por descumprimento de prazo de entrega de empresas terceiras contratadas por culpa exclusiva destas e que causam prejuízos aos prejudicados, devendo as empresas contratadas serem obrigadas a indenizar o erário público pelo prejuízos causados aos comerciantes.

I. Entende-se como comerciante, para fins desta Lei, toda pessoa jurídica devidamente registrada e autorizada legalmente e que exerça atividade comercial em imóvel próprio ou alugado situado no entorno das obras públicas.

II. Entende-se por empresa terceira contratada, toda empresa particular que contratar obras públicas com o Município de Campo Largo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

III. Entende-se por culpa exclusiva quando a empresa terceira contratada, deixar de cumprir os prazos de entrega da obra por negligência, imperícia e imprudência na realização da obra pública, devidamente comprovado pelos órgãos competentes da administração pública.

IV. Exclui-se a responsabilidade da empresa terceira contratada, os casos fortuitos e de força maior.

Art. 2º - A isenção fiscal a que se refere o artigo 1º será concedida nos seguintes impostos municipais:

I. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

II. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

Art. 3º - A isenção fiscal de que trata o artigo 1º, poderá ser concedida pelo período em que as obras públicas que estejam sendo realizadas por empresas contratadas, estiverem oficialmente atrasadas e causando prejuízos aos comerciantes, por culpa exclusiva dos contratados e executores das obras.

Parágrafo Único. Entende-se como oficialmente atrasada uma obra pública quando esta ultrapassar sua data oficial de entrega.

Art. 4º - Para fazer jus à isenção fiscal prevista nesta lei, o comerciante deverá apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda, por meio de processo administrativo, requerimento acompanhado de documentos que comprovem a atividade e o prejuízo financeiro sofrido, bem como, a localização do estabelecimento comercial.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

§ 1º - A comprovação da ocorrência de prejuízos significativos decorrentes da obra pública em atraso de que se trata este artigo deverá ter como base critérios objetivos a serem definidos pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Fazenda poderá realizar fiscalizações e solicitar informações adicionais aos requerentes, a fim de verificar a veracidade das informações prestadas.

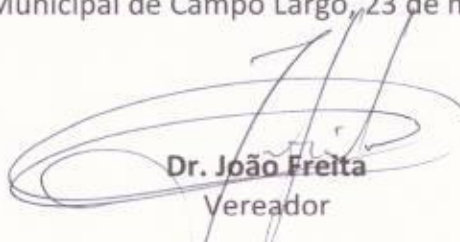
Art. 5º - A isenção fiscal prevista nesta Lei não poderá ser acumulada com outras isenções ou benefícios fiscais concedidos aos comerciantes.

Parágrafo único. O poder Executivo deverá descontar a isenção fiscal concedida aos comerciantes, dos pagamentos que efetuar as empresas terceiras contratadas pela realização das obras, quando comprovado a negligência, imperícia e imprudência destas.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas pela dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campo Largo, 23 de março de 2023.



Dr. João Freitas
Vereador